

A SOCIABILIDADE DO AUSENTE (DRAMA E LIBERTAÇÃO NAS MIGRAÇÕES)

*José de Souza Martins**

A celebração dos trinta anos de publicação da revista *Travessia* nos oferece a oportunidade de uma reflexão crítica sobre o tema de que ela tem tratado num dos períodos mais conturbados dos deslocamentos humanos no Brasil, o das migrações. Não só a clássica migração do Nordeste agrícola, seco e pobre, para o sudeste industrial, urbano e rico. Mas, sobretudo, os grandes deslocamentos de populações pobres do Nordeste e de populações camponesas do Sul para a região Amazônica, no período da ditadura militar e de sua política de ocupação dos espaços supostamente vazios.

Muitos, desencontrados e até opostos fatores e motivações entrelaçam-se na trama desse êxodo, o que complica as análises que, nesse período, tenderam à simplificação da linearidade, tudo reduzido a supostas causas e a supostos efeitos mecanicamente estabelecidos; poucas referências a motivos, motivações e ao imaginário das migrações; análises claramente orientadas para contornar a cumplicidade do migrante com a migração que protagoniza, que é um dos aspectos decisivos das migrações na sociedade contemporânea. Migração não é o mesmo que deportação. Ninguém migra, menos ainda em família, sem imaginar e calcular o que vai acontecer, sem visualizar a partida, a viagem, a chegada, as consequências do deslocamento, o que, no geral, é o definitivo do destino. A migração envolve um querer e é esse querer a chave característica de cada episódio de deslocamento.

É significativo que uma obra fotográfica monumental, de Sebastião Salgado (2000), relativamente recente, *Exodus*, um livro sobre migrações dramáticas, se baseie no pressuposto ideológico de que as migrações ali retratadas fossem de vítimas do capitalismo, de seres humanos fugindo das iniquidades do capitalismo. Tudo na pressuposição equivocada de que o capitalismo só cria dramas sociais visíveis. O que não quer dizer que iniquidades não sejam instrumentos do processo de reprodução ampliada do capital e do processo de reprodução da sociedade capitalista. O capitalismo cria dramas sociais invisíveis, os sofrimentos e dilemas ocultos no ato de migrar. Para muitos, o capitalismo cria também soluções, mesmo em suas formas degradadas.

* Prof. Emérito de sociologia da FFLCH/USP.

Observadas as fotografias em detalhe, e tendo em conta a história real do êxodo, temos exatamente o contrário. Aquelas são fugas *para* o capitalismo, as diferentes sociedades capitalistas prósperas como lugares do desejado salto histórico dos que vivem nas sociedades atrasadas, as das formas subdesenvolvidas do capitalismo.

É significativo das marcas ideológicas que, nesse período, cercaram uma deformada compreensão das migrações que, no livro de Salgado (2000), não haja ensaios fotográficos de migrações e fugas para sociedades socialistas ou para sociedades subdesenvolvidas e pobres do Terceiro Mundo, o que seria possível em decorrência da crítica romântica do capitalismo. A que se expressa no imaginário de um Terceiro Mundo edênico, o paraíso intocado do tempo da Criação, muito comum nos países ricos. Mas não raro aqui também, na classe média desenraizada e fantasiosa, pseudopolitizada, que desse modo elabora imaginariamente sua recusa da sociedade que não lhe abre todas as portas e oportunidades, o mundo dos pobres e desvalidos como um mundo virginal, reino da sabedoria dos simples e de uma criatividade ainda não contaminada pela iniquidade do lucro e pela voracidade do consumo.

Uma comédia cinematográfica, *Adeus, Lênin (2003)*, filme alemão de 2003, de Wolfgang Becker, caricaturiza a força da ideologia na narrativa de uma ficção *ad-hoc*. Um filho monta toda uma encenação para enganar a mãe moribunda e fanaticamente adepta do regime comunista da Alemanha Oriental, nos dias da queda do Muro de Berlim. Quer poupar-lhe a visão e confirmação do fracasso do comunismo de Estado, que sucumbe. Enquanto o muro é derrubado e multidões dos dois lados da Alemanha assumem o protagonismo da difusão da sociedade de consumo, ele inverte as notícias e as imagens para fazer a mãe supor que milhares de alemães estão migrando da Alemanha Ocidental e capitalista para a Alemanha Oriental e socialista, que ela considerava a sociedade da justa superação das contradições e misérias do capitalismo. Quem visita Berlim hoje e nela se demora, ainda pode comparar os dois lados do que foi a Berlim dividida: o Oriental, comunista, e o Ocidental, capitalista. Pode-se entender o fascínio que a sociedade da ostentação e do consumo exerceu sobre quem vivia na sociedade do trabalho e do salário.

Pode-se dizer que as fugas coletivas e as migrações, retratadas por Salgado, são equivocadas buscas de oportunidade nas economias prósperas do mundo capitalista. Equivocadas porque baseadas na suposição, só parcialmente correta, de que nas sociedades do pretendido destino os migrantes teriam as oportunidades de inserção e inclusão que não estavam e não estão tendo nas sociedades de origem. É verdade que vários dos casos são relativos a sociedades devastadas por guerras, por trás das quais estão tanto grandes interesses econômicos quanto motivações geopolíticas das grandes potências. Situações em que ficar não é a saída para as adversidades; partir, tampouco o é.

Não é casual que, no cenário atual das migrações, haja homens, mulheres e crianças parados no meio do caminho, sem certezas. Estão acampados, à espera.

Despojados de qualquer horizonte, aprisionados na mera verticalidade do espaço unilinear, que é o espaço da desesperança, o fragmento de um caminho que não leva a lugar nenhum.

O mundo de hoje caracteriza-se, cada vez mais, como um mundo oposto ao da sociedade comunitária e tradicional, em que ser de um lugar e ter um lugar, um desdobramento da família, era o modo de pertencer à sociedade. A sociedade atual vem se tornando cada vez mais a sociedade que o antropólogo Marc Augé (2006) chamou de “não-lugar”.

Todos são potencialmente migrantes, a maioria vivendo permanentemente ou episodicamente em trânsito, a vida regulada por formas temporárias e transitórias de sociabilidade, uma sociabilidade instável de desconhecidos, de gente que se encontra, até mesmo todos os dias, e não se conhece. Pessoas que tampouco se reconhecem umas nas outras. Pessoas que as migrações libertaram da sociedade tradicional, oferecendo-lhes, em troca, a liberdade da incerteza que há na desvinculação de grupos sociais permanentes e enraizados e na dessocialização que daí decorre.

Os que migram definitivamente, no destino, com frequência vão compor a superpopulação relativa, os sobrantes do mercado de trabalho, quando muito aceitáveis pelas funções residuais e irrelevantes das economias prósperas, aquelas funções que sobreviveram dos tempos da pré-modernidade, que a própria modernidade regenera porque delas carece. Irracionalidades de um sistema econômico alimentado, ainda, pelas contradições de relações sociais arcaicas.

Foram também, esses trinta anos, os de um longo período de respostas morais aos processos econômicos marcados por acentuada modernização tecnológica, degradação das relações de trabalho e minimização do trabalho propriamente dito, tanto na indústria quanto na agricultura. As análises foram dominadas por essa perspectiva, o que se compreende, empobrecidas, porém, pela limitação que ela representa. Pouca atenção se deu aos aspectos culturais e subjetivos das migrações. As concepções dramáticas a respeito dos deslocamentos populacionais que marcaram muitas análises e, sobretudo, orientações políticas de pastoral social, refletiam concepções da classe média, sobretudo do sul do Brasil. Região de tradições familistas e religiosas muito acentuadas, sofria moralmente com o que era interpretado muito mais como desagregação da família do que movimento de busca de novas e adaptativas oportunidades de vida em outras regiões. O mundo familístico e comunitário acabava. Opinião de maior influência na interpretação dos processos migratórios do que as opiniões gestadas no Nordeste, especialmente no Nordeste árido, de situação social historicamente mais dramática e problemática. Talvez por isso, mais conformista e menos influente nas análises.

As do Sul são concepções que têm dado lugar à crítica conservadora e moralista do capitalismo em expansão territorial e se tornaram, até mesmo, fundamento de um esquerdismo de militância mais de recusa do que de participação transformadora. O radicalismo conservador empobreceu a práxis

popular, reduzindo-a ao mito do retorno ao tempo da suposta estabilidade de uma era de ouro da sociabilidade de família. Uma das expressões mais problemáticas dessa distorção de compreensão foi relativa ao caso da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, 1980-1983. Lá, como em outros lugares de deslocamento populacional, partir foi interpretado como tragédia. A longa resistência dos acampados de beira de estrada foi heroica e comovente. Ali se criou uma cultura de oposição popular à ditadura, tida como ditadura do capitalismo, embora não fosse apenas isso que definiu os limites ideológicos da resistência popular e também seus limites políticos. Se os acampados resistiram bravamente, as diferentes forças policiais e militares do regime teimaram, com muito mais recursos, garantidos pelo Estado.

Quando o regime militar propôs aos acampados, sob coação policial e militar, sua migração para um assentamento de reforma agrária em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, uma região a ser desbravada, houve resistência inspirada nessas concepções comunitárias e familistas, mais por parte dos agentes de mediação do comportamento coletivo do que propriamente por parte dos agentes da ação. Depois de visitar o local, 203 acampados aceitaram a migração e os restantes resistiram e continuaram acampados. A parte que resistiu acabou assentada precariamente em terra insuficiente, no próprio Rio Grande do Sul, terra comprada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em face da resistência do governo militar em atender o que os acampados e a Igreja queriam. Em pouco tempo, o grupo que ficou se viu confinado num território sem possibilidade de desenvolvimento econômico. Já Lucas do Rio Verde prosperou. Mas prosperou nos limites precários da prosperidade circunscrita e determinada, neste caso, pelo primado da renda fundiária e seus efeitos desagregadores na vida de pequenos agricultores que se tornam proprietários.

Ali, anos depois, apenas uma pequena parte dos assentados continuava na terra. A expansão da economia da soja levou à concentração fundiária. Região sobretudo de migrantes gaúchos, os próprios migrantes compraram terras dos antigos assentados, que, assim, converteram terra em renda fundiária, em dinheiro, para tomarem outro destino e outra inserção na economia. Convém lembrar que a crise da política de colonização não significa crise do colono, porque é uma crise mediada pelo mercado de terras e pela renda fundiária como fonte de acumulação também do pequeno capital.

Em muitas regiões do Brasil, esse foi um traço comum da inserção do migrante na dinâmica populacional. Muitos beneficiados pela reforma agrária tópica do governo federal, apesar das restrições legais, deram uso indevido e não produtivo à terra. Arrendaram-na a terceiros, favorecendo a realimentação cíclica do latifundismo, para viver da renda fundiária, cujos efeitos corrosivos na cultura comunitária e na organização da família são conhecidos. Uma distorção na reforma agrária, decorrente do seu atravessamento pelo que é próprio da irracionalidade da renda da terra. Os próprios beneficiários da reforma agrária não tiveram como ficar imunes, nem podiam, à mediação mercantil da renda

fundiária, o que os tornou vulneráveis à dupla e contraditória orientação da contraposição entre ter terra e usar a terra, entre a terra de negócio e a terra de trabalho. Muitos não fizeram e não conseguem fazer a distinção entre os polos descontraídos dessa contradição. E já não distinguem a função conservadora e familista da propriedade da terra, relativa à reprodução social da família no marco do tradicionalismo agrário, da sua função de equivalente de capital, sujeita às regras do mercado e do lucro. Em grande parte, a ideologia familista, orientada por valores religiosos, favoreceu entre nós o imobilismo das populações rurais, aprisionando-as no temor ao mercado e a uma vida social regulada pelos efeitos alienantes do que é próprio da dinâmica do capitalismo, não obstante as determinações invisíveis da propriedade da terra, que lhe solapam as funções sociais em favor das funções mercantis.

Nesse largo período, as populações desenraizadas se viram situadas num cenário sem alternativa, privadas da liberdade ideológica de darem um passo para fora do sistema que historicamente as aprisiona. A militância bloqueou o caminho da emancipação dessas populações e não soube construir uma forma alternativa e socialmente criativa de adesão, ainda que socialmente contrariada, aos inexoráveis desdobramentos do capitalismo, de modo a combater a inclusão perversa, que é de fato o que caracteriza aquilo equivocadamente definido como exclusão social. Mais do que um socialismo ideológico e vazio, historicamente inviável porque divorciado do sociologicamente possível, um capitalismo alternativo e socialmente incluyente. Esse capitalismo atenuado e socialmente inventivo existe em alguns países do mundo, ainda que marcado pela contradição das privações relativas e dos benefícios insuficientes e incompletos.

Os enormes equívocos do que é o capitalismo e a satanização do conceito ideológico e antisociológico de capitalismo criaram bloqueios a uma militância social fundada no reconhecimento e aproveitamento das brechas e contradições próprias da sociedade capitalista. Essa é a alternativa consistente para o exercício do que Henri Lefebvre (1968) chama de práxis inovadora a das superações sociais nas condições históricas concretas e não na de um mundo fantasioso, sem presente nem futuro.

Em um balanço como o que a circunstância propõe, a compreensão crítica e sociológica do problema das migrações depende de referências objetivas que são as que dão sentido aos deslocamentos populacionais na sociedade contemporânea. Certamente, uma perspectiva equivocada, de natureza ideológica, é a de que o migrante e o emigrante são vítimas de formas de organização iníqua da sociedade e de motivações iníquas de terceiros. Isso não explica nada. No caso brasileiro, parcela importante do empresariado, a chamada burguesia, é originária da imigração. Muitos dos ricos e poderosos de hoje descendem de pessoas que, um dia, tiveram que abandonar a terra de origem, a aldeia e até a família em busca de diferente lugar para viver. Tanto os estrangeiros quanto os nacionais. As pessoas migram porque na sociedade de origem já não há lugar para elas, de onde desapareceram as condições para continuarem sendo o que sempre foram, o que estavam acostumadas a ser.

Num túmulo do Cemitério do Araçá, em São Paulo, concebido por um imigrante italiano, Antônio Lerário, ditou ele sua história ao escultor que executaria as diferentes obras do conjunto escultórico que constitui o túmulo de sua família. Sobre uma plataforma de granito, três esculturas de pessoas em tamanho natural representam a despedida: o filho que vai emigrar se despede dos pais. Um casal de camponeses lhe dá o adeus e ele, com um guarda-chuva no braço, responde com um aceno de adeus. Na base e ao redor da plataforma, em grandes placas retangulares de bronze, em alto-relevo, é narrada a vida do camponês na terra de origem, do preparo da terra à sementeira e à colheita do trigo. Num canto da plataforma, numa torre de granito, quatro grandes painéis de bronze, em alto-relevo, de cima para baixo, narram a trajetória do migrante: no primeiro, repete-se a cena da despedida; no segundo, ele está pensativo, debruçado na amurada do navio; no terceiro, ele vende jornais nas ruas de uma cidade brasileira, em que a indumentária dos personagens sugere prosperidade pessoal; no quarto e último painel, bem-vestido, com a corrente de ouro do relógio bem visível, ele colhe amostras de cereais da pesada sacaria carregada na cabeça por operários descalços. Cada cena retrata passos da transição entre extremos, em que a ascensão social é a recompensa pelo desenraizamento na terra de origem, de modesto camponês na Itália a rico cerealista na Rua Santa Rosa, em São Paulo. Essa é a migração vivida pelo migrante, que nesse monumento celebra o preço que se paga pela opção de migrar e os frutos que dela se colhe.

Não podemos e não devemos nos esquecer de que imigrantes italianos que vieram para o Brasil vieram *“per fare l’America”*, “para fazer a América”, “para ficar rico”. Vieram em busca do “país da Cucagna”, o paraíso na terra da abundância. Para muitos, um país mítico em que se colhia dinheiro em árvores, que era literalmente o caso do café. Trabalhar para o fazendeiro, enriquecê-lo, sem dúvida, mas, também, enriquecer-se, ainda que em escala mais modesta do que a dos grandes proprietários de terra, lentamente, ao longo de três a quatro gerações no mínimo. A crise de 1929 acelerou as possibilidades de ascensão dos imigrantes que, até então, era lenta e restrita. Fazendeiros tiveram que dividir e vender suas fazendas aos imigrantes que para eles trabalhavam.

No café, as chances dos imigrantes dependeram da qualidade da terra das diferentes regiões a que foram destinados. Na sua diferenciação social, e também na dos migrantes temporários brasileiros que foram colher café na Alta Mogiana, na região da terra roxa, a renda diferencial da terra, decorrente de sua fertilidade desigual, foi decisiva. Os primeiros, majoritariamente italianos, destinados às fertilíssimas terras do Oeste Velho de São Paulo, tiveram melhores ganhos e maior oportunidade de emancipação em menor tempo do que o de colonos de terras menos férteis. Não só porque a maior produtividade dos cafezais lhes assegurava melhor ganho por quantidade de café colhido, como porque a liberdade de cultivo próprio de feijão e milho entre as leiras de café lhes garantia a própria subsistência, poupando-lhes os ganhos em dinheiro.

Os que vieram depois da proibição da imigração pelo governo italiano, que foram os espanhóis, destinados ao Oeste Novo, de terras menos férteis, não tiveram a ascensão espetacular que os italianos conheceram. Muitos foram aí facilmente assimilados pela cultura caipira, que nos restava da escravidão indígena, formalmente encerrada em meados do século XVIII. Exemplo emblemático dessa assimilação inclusiva relativamente rápida, na distância de uma única geração, é o da família dos irmãos João Salvador Perez e José Salvador Perez, que formaram a dupla sertaneja Tonico e Tinoco, da região cafeeira de São Manoel e Botucatu, de uma família de imigrantes espanhóis chegados a São Paulo em 1892. No município de Pinhalzinho (SP), nos bairros do Arriá, da Cachoeirinha, da Fazenda Velha, no limite da antiga região cafeeira da Bragantina, descendentes de imigrantes espanhóis chegados em 1913, na imigração subvencionada, na primeira geração brasileira, já estavam assimilados, falando cotidiana e fluentemente dialeto caipira com forte sotaque e vocabulário “nheengatu”.

Com a crise do café de 1929, muitos colonos migraram para a cidade de São Paulo e para o subúrbio, onde a industrialização abria o mercado de trabalho urbano para os trabalhadores rurais. Os anos 1930 e 1940 foram os anos da formação do novo proletariado industrial, decorrente da disseminação de fábricas estimuladas pelo crescimento do mercado interno. Fator da reemigração dos imigrantes e migrantes.

As migrações não são movidas pelas maldades dos ricos e poderosos, embora possam ser movidas pela pobreza que a acumulação do capital gera, sobretudo em sua fase de acumulação primitiva, que promove desenraizamentos, expulsões da terra de camponeses, que quase sempre as supõem legítimas porque fundadas em tradições e regras, mas que fazem do vínculo com a terra um vínculo precário. São movidas por forças econômicas e sociais invisíveis, que só funcionam se todos, também os migrantes, forem cúmplices dos processos migratórios. Há um imaginário da emigração e da migração, a força interior e ideológica que lança as pessoas nas travessias. Há renúncia corajosa e busca justa nesses deslocamentos, ambição e mesquinha. O que no peneiramento final, se resulta em êxitos sociais notórios, não deixa de resultar, também, majoritariamente até, em fracassos e empobrecimentos, não raro sob a forma de dramas melancólicos.

Encontrei no arquivo da Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, uma carta de 1912, de um colono do Núcleo Colonial de São Caetano, em que o filho escreve ao pai, que havia retornado à Itália 35 anos depois de haver imigrado e lá se encontrava. Comenta o fato de que uma das filhas que esse pai deixara para trás, ao imigrar em 1877, se recusara a recebê-lo e a hospedá-lo na volta à pátria. Ao mesmo tempo, o filho que ficou aqui alegava não ter dinheiro para pagar a passagem do pai, para que retornasse ao Brasil: “*perché siamo in tanti che mangia e pochi che guadagna!*” (sic).

Meu pai viveu esse drama. Fora deixado para trás quando meus avós emigraram de Portugal, em 1912. Acabaria emigrando sozinho, pagando a viagem

com dinheiro juntado a duras penas. No entanto, minha avó, sua mãe, juntou o que pôde para viabilizar a viagem de um sobrinho que se casaria com sua filha, uma prima, irmã de meu pai.

Meus avós maternos, minha mãe e meus tios, imigrantes espanhóis chegados ao Brasil em 1913, na imigração subvencionada, com a passagem paga pelo governo paulista para trabalhar nas fazendas de café como colonos, viveram outro aspecto da imigração. Tentaram, primeiro, a Argentina, onde, num lugar remoto da Província de Buenos Aires, foram pequenos criadores de carneiros, no fim do século XIX. Perderam tudo e voltaram para a Espanha, para a Andaluzia latifundista e pobre. Meu avô, pescador, acabou perdendo o pequeno barco que era seu meio de vida. Sem nada, a família acabou na emigração subvencionada para o Brasil, até a assimilação quase completa pela sociedade caipira da região da Bragantina. Metade dos numerosos filhos morrendo pelo caminho, os que nunca chegaram ao destino, na viagem interrompida pelo lado menos mencionado nos estudos sobre migrações. Aí acabaram seus dias, como pequenos agricultores, numa casa de pau a pique, chão de terra batida, fogão de taipa, em longos anos de dieta igualmente caipira, de cotidiano feijão com farinha de milho e chaleiras de café tomado ao pé do fogo, como é próprio do mundo da roça. Foi tudo que amealharam da grande promessa da ascensão social da ideologia da imigração.

A Espanha de origem ficara para trás, diluída na esfumada lembrança de minha avó que, de vez em quando, muito pensativa, olhava pela porta, sempre aberta, de sua cozinha para um morro distante que dali se via, e sussurrava para si mesma: “*donde estará mi Juan?*” Referia-se ao irmão mais velho de que fora separada quando a mãe morrera e deixara meia dúzia de filhos pequenos. Quando ela fazia essa indagação, seu irmão ainda vivia. Morreria com 107 anos de idade, sem que ela, na terra longínqua, jamais tivesse tido notícias da família dispersa na terra de origem, desde que partira do Porto de Gibraltar, no navio francês *Aquitaine*, máquina de transferir gente da Europa pobre para as fazendas do Brasil e da Argentina.

Para milhares de imigrantes e migrantes, migrar foi sobreviver. Migrar é perder, no ganho eventual, aquilo que nunca mais será repostado. Os que eventualmente retornam, quando chegam descobrem que já não são os mesmos, que a terra nativa mudou, não raro mutilada pelo êxodo. Já não é a mesma também. Resta, no mais das vezes, o vazio, o silêncio, a dor difusa das muitas mutilações na alma. Na Itália, nos lugares de que saíram multidões, frequentemente num mesmo dia, muitos párocos abriram um livro de registro das partidas com o título de *Libro dello Stato di Anima*, uma percepção dolorosa do que era de fato o fim dos tempos.

São histórias de uma migração marcada pela hierarquização dos afetos, de marginalização mesmo dos próximos, de abandono dos que a mistificadora ideologia do nosso familismo trata como filhos do coração, quando são filhos das limitações e das oportunidades de vida. O que resta de um mundo que

termina. Tanto nas migrações internas quanto nas migrações internacionais, o fracionamento das famílias e a distribuição desigual do afeto emergem no que é de fato busca e desistência. Num mundo de escassez, como o que nasce com a expansão territorial do capitalismo, não tem sido fácil nem tem sido sempre possível juntar amor e prosperidade, ternura e ascensão social, civilização e barbárie. Sempre falta um pedaço.

No caso do Núcleo de São Caetano, que melhor estudei, uma clássica característica antropológica da família do imigrante: a precedência dos filhos homens, especialmente do mais velho, a irrelevância das filhas mulheres. O capitalismo nascente e em expansão tinha um cúmplice decisivo no próprio emigrante, na sua cultura tradicionalista, na desigualdade que gestava incluídos e excluídos.

O capitalismo é, muitas vezes, para os pobres e desvalidos, uma engenharia de maldades. S. N. Eisenstadt, num precioso e original estudo sobre migrações, analisa as transformações sociais que redefinem a pessoa do migrante no próprio curso da migração, da viagem, entre o partir e o chegar. Quando parte, é ele uma pessoa, quando chega ao destino já é outra (EISENSTADT, 1954).

Esse período pode ser sociologicamente compreendido na sua verdadeira extensão, que vai da incerteza que define o começo do processo de migrar e se firma na decisão de partir, até o período que se estende além da chegada, até o desenvolvimento de uma significativa compreensão do que é a sociedade de adoção, suas regras e seus valores, suas técnicas sociais, as sutilezas de sua língua, aquilo que é o propriamente tornar-se membro da nova sociedade, a inclusão.

Nesse período, relativamente curto, ele se dessocializa, perde referências sociais, e se ressocializa com base nos valores provisórios e temporários da travessia. É a passagem pelo filtro de acesso à diferença que a sociedade de adoção representa em relação àquilo que ele foi até há pouquíssimo tempo.

No caso do imigrante, as transformações foram imensas, de língua, de cultura, de trabalho. No caso de migrantes internos, o impacto aparentemente menor, ainda assim pode ser imenso. Os migrantes cearenses que, no século XIX, foram para os seringais da Amazônia, viram-se ali em face da terceira escravidão, a da peonagem, subjugados pela escravidão por dívida, que Euclides da Cunha (1967) conheceu e analisou. Pela época da Segunda Guerra mundial, a migração dos nordestinos em direção aos seringais para constituir o “Exército da Borracha”, nome que camuflava o reavivamento do novo escravismo brasileiro, ressocializou extensas populações para formas degradadas de trabalho, um retrocesso grave no aparente avanço social da abolição da escravatura. No período relativamente recente, a migração de sulistas, especialmente paranaenses e gaúchos, como a de mineiros, para Rondônia, Mato Grosso e Pará, colocou-os na situação trágica de uma sociedade de confrontos étnicos e sociais. A tragédia shakespeariana do amor impossível do índio suruí Oréia e de uma colona capixaba, Arminda, ambos de aproximadamente 16 anos de idade, em 1976, levaram ao quase extermínio da família da moça pelos jovens do grupo de idade de Oréia e ao massacre do

jovem indígena, morto e esquartejado na vingança pelos brancos. Essa é apenas uma das nossas histórias de fronteira dos anos 1970 e 1980, a paisagem humana completamente alterada pelas migrações.

No final do século XIX, trabalhadores migravam sazonalmente do sertão do Nordeste pelo Rio São Francisco até Minas Gerais e a pé para a Alta Mogiana para colher café nas grandes fazendas daquela região (ESTRELA, 2003), antes mesmo que a imigração europeia ganhasse a importância que ganharia nas duas primeiras décadas do século XX. Longe de se constituir um fenômeno uniforme, as migrações e a imigração eram muito diversificadas, tanto em termos de classes sociais quanto no que se refere às culturas de origem dos migrantes e imigrantes.

O vitimismo deturpa a compreensão do que ocorre, dos fatores de expulsão e dos fatores de atração. Excetuados os casos de calamidade, como o das secas do Nordeste, há uma alta dose de decisão pessoal, familiar e grupal nas migrações e na emigração. Sem deixar de lado o fato de que a migração moderna é quase sempre consequência de uma grande trama de política econômica, de que o migrante é sujeito ausente e inconsciente. Nesse sentido, vítima. Mas, no geral, nesse quadro, é também uma opção de vida, uma renúncia consciente de permanência em determinado lugar para a busca de uma nova vida em outro lugar.

As migrações só se explicam pela ruptura dos vínculos de dependência, próprios da sociedade escravista e da sociedade patriarcal. Nesse sentido, mesmo que o migrante personifique, num primeiro momento, uma das faces da pobreza e da injustiça, migrar é também uma opção libertadora pela qual se paga um preço. Estudar as migrações sem estudar o imaginário que lhes dá sentido empobrece a compreensão que dela se pode ter, como há empobrecimento no estudo das migrações quando não são situadas devidamente na temporalidade que decorre desse imaginário. O tempo da migração não é o tempo das horas e dos dias, embora o seja também, mas o tempo da vida e das gerações, o grande tempo da incerteza quanto ao destino. Muitos imigrantes vieram para o Brasil em nome do futuro de filhos e netos e não em nome de seu próprio futuro. Muitos migrantes saíram da roça, em regiões remotas deste País, conscientes da prisão representada pelas limitações materiais e sociais de uma situação social muito próxima do cativo.

O último meio século, no âmbito das questões demográficas, foi amplamente marcado no Brasil por intensas migrações. Apesar de todos os esforços de pesquisadores da área de ciências humanas, nem sempre as migrações dessa etapa da história populacional brasileira foram compreendidas em todos os seus desdobramentos, consequências e problemas. Esta pode ser a hora de começar a rever criticamente a sociologia dos deslocamentos populacionais internos para que possamos ganhar em compreensão no que pode ter parecido a muitos apenas um grande drama humano. E não deixou de sê-lo.

Rever criticamente significa admitir e reconhecer a diversidade das migrações para não reduzi-las a um rótulo genérico que não corresponda ao que de fato aconteceu em diferentes fluxos migratórios. Temos, de um lado, o drama das migrações temporárias de diferentes regiões do Brasil para o trabalho do corte de cana em São Paulo. Ou para a derrubada da mata e formação de novas fazendas na região amazônica. Um ir e vir muito peculiar porque trânsito temporário entre duas diferentes situações sociais. O ir e voltar implica também aprender e desaprender, ser vários e não um só, uma forma peculiar de ser pessoa, com dramas que não são poucos. O mais conhecido dos casos foi o do aparecimento do demônio no Catulé, em Minas Gerais, em meados dos anos 1950. Um episódio envolvendo migrantes temporários no retorno à comunidade de origem (CASTALDI, 1957).

De outro lado, a migração permanente, enraizada, familista, a migração da busca de um novo lugar e de um novo enraizamento. Aconteceu com italianos, alemães e poloneses, que imigraram dos países de origem para diferentes estados do Sul do Brasil. Uma ou duas gerações depois, descendentes começaram a migrar internamente, do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e, mais tarde, para o Paraná. Nos anos 1970, do Sul do Brasil para Rondônia e Mato Grosso. Ao cabo de cinco gerações, esses migrantes confirmaram que se deslocam em busca de novas terras para as novas gerações. A vocação da agricultura em família criou neles a estratégia de evitar a minifundização da propriedade fundiária, por meio da reconstituição da agricultura familiar em novos territórios, o que só tem sido possível num país continental, como o Brasil, com disponibilidade de terras novas para novas ocupações. A migração como uma aventura de conquista e de renovação na persistência de um modo de ser e de viver. Um processo relacionado com a socialização para uma concepção de sociedade baseada no primado da família.

Nesse cenário, algumas mudanças podem ser observadas. Uma delas foi pesquisada em Santa Catarina. Um número grande de pequenas propriedades sem herdeiros. Os jovens optando por migrar para as grandes cidades para trabalhar como assalariados em churrascarias, como as de São Paulo. Não houve com eles uma significativa mudança de profissão, como a que pudesse decorrer de um salto na escolarização em relação à geração anterior. Procuraram se profissionalizar num campo que já conheciam de sua origem e de seu trabalho na roça. Aquilo que alguns chamam, indevidamente, de capital social.

Os últimos 150 anos foram anos de profundas transformações sociais em todo o mundo. Mais ou menos lentas, alcançaram sobretudo populações rurais. A persistência de valores, concepções, modalidades de conhecimento laboral, relacionamentos sociais, normas de conduta tem sido uma característica decisiva na visão de mundo e no modo de vida dessas populações migrantes. Aquilo que os antropólogos de uma certa época chamaram de demora cultural marca extensamente o modo de vida antiurbano de populações que as migrações levaram para as cidades. Vivem em graus variáveis num estado de anomia que

as torna desajustadas em relação ao que é próprio do mundo urbano. Pode-se observar isso nos detalhes de sua sociabilidade. Ao mesmo tempo, enfrentam, ativas forças corrosivas contidas nos processos sociais envolvidos nas próprias migrações, a urbanização, a industrialização. Ajustam-se às mudanças de modo cautelosamente mais lento do que em outras ocorrências que anulam a eficácia da socialização recebida. Frequentemente, comportam-se seguindo regras que são disfuncionais e impróprias na situação em que vivem. Inventam adaptações autodefensivas que lhes torna a situação social mais problemática ainda. A consciência do desajuste acentua a necessidade de teatralizar os relacionamentos sociais ou a de ocultar traços de origem e a desenvolver uma sociabilidade de fingimento consciente.

Nas duas correntes mais dramáticas das migrações brasileiras do período contemporâneo, porque diretamente determinadas pelo abastecimento de força de trabalho nas áreas de destino, convém ressaltar o que as distingue e o que as iguala. As migrações temporárias para a Amazônia, no destino, acabaram revelando a extensa prática do trabalho escravo, a escravidão por dívida. As migrações temporárias para os canaviais de São Paulo acabaram revelando uma variante da sobre-exploração do trabalho, mais próxima do assalariamento temporário do que da escravidão. São duas variantes do mesmo processo.

As duas se configuraram como expressões da dinâmica social e econômica que no Brasil une as regiões economicamente atrasadas às regiões economicamente desenvolvidas. As regiões economicamente atrasadas acabaram revelando-se extensos depósitos de mão de obra barata para o mercado de trabalho das regiões prósperas, o que nas regiões desenvolvidas ou em desenvolvimento tem representado a possibilidade de uma significativa redução dos dispêndios com capital variável nas atividades econômicas sazonais das regiões de destino dos migrantes. Ou seja, as economias e regiões supostamente ricas baseiam seu desenvolvimento econômico também em formas retrógradas de exploração do trabalho, não só em formas modernas.

O que une teoricamente as regiões atrasadas e as regiões desenvolvidas, no que à migração se refere, é que economias dependentes da sobre-exploração do trabalho e mesmo da escravidão são reguladas por uma alta composição orgânica do capital nas regiões de destino, em boa parte falsa, em que o capital funciona como capital moderno, com estrutura de capital atrasado. As migrações na sociedade contemporânea têm cumprido a função econômica de preencher o vazio representado pelo abismo que separa a economia moderna da economia atrasada.

Isso se deve ao fato de que o desenvolvimento capitalista tem sido desenvolvimento desigual. Mesmo em grandes fábricas modernas, há momentos do processo de trabalho em descompasso com outros quanto ao desenvolvimento tecnológico. Examinei um caso desses, numa grande empresa de São Caetano do Sul, em que trabalhei na adolescência, (MARTINS, 2008).

Uma inovação tecnológica que alterou o ritmo e o descompasso do processo de trabalho gerou medo entre as operárias mais jovens, quase todas filhas de migrantes, o que levou algumas a terem a visão de satanás na cabeceira da banca de trabalho.

A redução dos dispêndios com salários ao ponto do comprometimento da reprodução da própria força de trabalho penaliza o trabalhador e compromete sua sobrevivência e a de sua família, o que é apenas um dos aspectos dos desarranjos sociais representados pelas migrações, o lado não libertador do ato de migrar. Tanto nas áreas em que se pratica a escravidão quanto nas áreas em que se pratica a sobre-exploração do trabalhador, diferentes modalidades de violência física e repressão asseguram o conformismo do trabalhador com a minimização do salário na reprodução ampliada do capital. A lucratividade não decorre da eficiência do capitalista nem da modernização técnica de sua empresa, nesses casos, mas decorre de um preço do trabalho retrógrado regulado pelo preço que a supremacia do capital constante na composição orgânica do capital pode pagar para se manter moderno.

Esses fatores estruturais e a própria organização social das migrações criam sociabilidades peculiares, ajustadas à precariedade e à incerteza do destino dos migrantes, a sociabilidade do ausente, de quem está não estando. Quando se recorre à problemática concepção de exclusão para definir a situação social das populações carentes, é esse estar não estando o da situação que mais se aproxima da ideia de existir socialmente sem pertencer socialmente. O trânsito entre o lugar de origem e o lugar de destino cria essa espécie de sociabilidade volátil com todas as incertezas que lhes são características, incertezas que geram modos de vida e formas de comportamento que não integram as pessoas numa ordem social estável e repetitiva. E, tampouco, lhes abre a alternativa de agentes de transformação social.

Com as migrações, a sociedade muda porque ganha e perde em vez de só perder ou só ganhar. Perde no que ganha, que é a perda das determinações sociais da tradição, de memória coletiva e nelas as certezas da esperança e a confiança no próprio destino. A modernidade que, em parte resulta das migrações, é modernidade de descartes ao lado de ser a do desafio à criatividade própria da situação social de incerteza que a caracteriza.

Notas

¹ “porque somos muitos que comem e poucos que ganham”. Tradução livre (nota do Editor)

Apêndice:

O imaginário da imigração no conjunto escultórico de um túmulo do Cemitério do Araçá (São Paulo, SP)

Fotos: José de Souza Martins



Preparo da terra na comunidade de origem



Semeadura do trigo



Ceifa do trigo



O jovem emigrante despede-se dos pais



Na amurada do navio



Primeiro emprego no Brasil: jornaleiro



Última ocupação: rico cerealista na Rua Santa Rosa, em São Paulo

Referências

- ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD
- AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.
- CASTALDI, C. et all. A aparição do demônio no Catulé. In: Maria Isaura de Queiroz. **Estudos de Sociologia e História**. São Paulo: Anhembi Ltd, 1957.
- CUNHA, E. **À margem da história**. s/l Lello Brasileira S.A, 1967 (Atualização de Lello & Irmaos, Portugal, Porto,1946)
- EISENSTADT, S.N. **The Absorption of Immigrants**. Routledge & London: Kegan Paul, Ltd, 1954.
- ESTRELA, E.S. **Os sampauleiros – cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas /EDUC, 2003.
- LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- MARTINS, J.S. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Editora 34. 2008.
- SALGADO, S. **Exodus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RESUMO

A celebração dos trinta anos de publicação da revista *Travessia* nos oferece a oportunidade de uma reflexão crítica sobre o tema de que ela tem tratado num dos períodos mais conturbados dos deslocamentos humanos no Brasil, o das migrações. Não só a clássica migração do Nordeste agrícola, seco e pobre, para o sudeste industrial, urbano e rico. Mas, sobretudo, os grandes deslocamentos de populações pobres do Nordeste e de populações camponesas do Sul para a região Amazônica, no período da ditadura militar e de sua política de ocupação dos espaços supostamente vazios. Muitos, desconhecidos e até opostos fatores e motivações entrelaçam-se na trama desse êxodo, o que complica as análises que, nesse período, tenderam à simplificação da linearidade, tudo reduzido a supostas causas e a supostos efeitos mecanicamente estabelecidos. Poucas referências a motivos e motivações e ao imaginário das migrações. Análises claramente orientadas para contornar a cumplicidade do migrante com a migração que protagoniza, que é um dos aspectos decisivos das migrações na sociedade contemporânea. Migração não é o mesmo que deportação. Ninguém migra, menos ainda em família, sem imaginar e calcular o que vai acontecer, sem visualizar a partida, a viagem, a chegada, as consequências do deslocamento, o que no geral é o definitivo do destino. A migração envolve um querer e é esse querer a chave característica de cada episódio de deslocamento.

ABSTRACT

The celebration of the thirty years of publication of the magazine *Travessia* offers us the opportunity of a critical reflection on the theme that she has dealt with in one of the most troubled periods of human displacement in Brazil, that of migration. Not only the classical migration from the agricultural northeast, dry and poor, to the industrial, urban and rich southeast. But above all, the great displacements of the poor populations of the Northeast and peasant populations from the South to the Amazon region during the period of the military dictatorship and their policy of occupying the supposedly empty spaces. Many, mismatched and even opposing factors and motivations are intertwined in the plot of this exodus, which complicates the analyzes that in this period tended to simplify linearity, all reduced to supposed causes and supposedly mechanically established effects. Few references to motives and motivations and to the imagery of migrations. Clearly oriented analyzes to circumvent the complicity of the migrant with the migration that is leading, which is one of the decisive aspects of migration in contemporary society. Migration is not the same as deportation. No one migrates, even less with family, without imagining and calculating what will happen, without visualizing the departure, the trip, the arrival, the consequences of the displacement, which in general is the definitive of destination. Migration involves a will and it is this will the key characteristic of each episode of displacement.